

COMPETI

Página: 4

Ata de reunião COMPETI 05 de junho de 2025 .A reunião teve início às 8h43 com a presença de Daniel Sanches do CEREST, Vangirlene de Souza e Pamela Rebeca Dalmazo da EPSEMC CENTRO, Elaine Teotônio do Instituto AFROPIRA, Valquíria Gonçalves do CREAS II, Matheus Spolidoro do CRAS Vila Sônia, Rosana Bollis do Conselho Tutelar 3, Bárbara Leme de Couto do GAAP/PASCA, Karla Lemos do CRAMI/SEAS, Natália de Almeida do Instituto Formar, Karina Gomes de Oliveira do CREAS I, Clayton dos Santos Silva do Tribunal de Justiça de Limeira, Priscila Fernanda Nicolau e Isabella Araújo Pratti do SEAME/PASCA, e Cassiano Gaiani Reis de Santis do CRAS Jardim São Paulo – consultar lista de presença. Iniciou-se com a situação e justificativa da troca do técnico de referência do PETI. Clayton dos Santos Silva, técnico de referência anterior, comunicou sua saída definitiva da Secretaria Municipal por motivos pessoais e profissionais, tendo sido nomeado para o Tribunal de Justiça na comarca de Limeira, cargo que já está exercendo. Cassiano, novo técnico indicado, foi formalmente notificado por Deise, diretora da Proteção Especial, na segunda-feira desta mesma semana, não havendo ainda tempo hábil para a transição. Cassiano relatou que aceitou a função de forma idealista, solicitando o apoio e a paciência da comissão para que a transição ocorra de forma fluida e as reuniões se tornem posteriormente mais organizadas. Clayton lembrou que as reuniões do COMPETI já contaram com maior participação de setores como Educação e Saúde, e que a ausência de encontros recentes se deu devido aos últimos feriados. Cassiano destacou que atualmente é técnico no CRAS São Paulo e participa do comitê desde 2022. Iniciou-se então a leitura da ata anterior, quando surgiu uma dúvida sobre a participação do Ministério do Trabalho, esclarecida por Daniel, que informou que ambos, MPT e MT, estão envolvidos. Clayton lembrou as articulações já feitas com o MT em relação à socioprendizagem, apontando as demandas e dificuldades que deverão ter continuidade. Após a leitura da ata anterior, Cassiano lembrou a próxima pauta, referente ao calendário de junho com as ações territoriais dos serviços voltadas ao combate ao trabalho infantil, com o intuito de socializar o que será realizado ao longo do mês. Karla, do SEAS, informou que haverá uma ação na praça central com entrega de panfletos e acrescentou que no dia 12/06 o serviço realizará uma abordagem com panfletagem na Praça José Bonifácio e, possivelmente, também no bairro Santa Teresinha. Cassiano questionou se o material utilizado seria novo, ao que Karla respondeu que não, mas que, apesar de não ser recente, o conteúdo ainda é válido e utilizável. Clayton explicou que, desde que houve mudanças na estrutura da Secretaria, a área de comunicação deixou de existir, dificultando a solicitação de materiais atualizados, pois já não se sabe com clareza onde ou com quem fazer esses pedidos, tampouco quais seriam os prazos para solicitações relacionadas a ações específicas do município. Cassiano e Clayton lembraram que havia muito material parado na Secretaria, e que isso pode ter motivado a decisão de não produzir novos itens enquanto o estoque anterior não fosse esgotado. Karla reforçou que as alterações feitas foram apenas rasuras nos logos institucionais, mas nada que inviabilizasse o uso do material. Clayton complementou afirmando que a atual gestão trabalha com uma hierarquia bastante específica, e que cada solicitação precisa ser encaminhada formalmente pelas chefias para que a comunicação oficial possa dar andamento, o que acaba onerando prazos de solicitação e entrega, além de que, por enquanto, ainda não está claro quem deve ser acionado e quando. Jaqueline informou que o CRAS São José a procurou sobre uma ação que realizarão em uma escola. Cassiano comunicou que haverá uma ação na escola Borghesi com apresentação do CCINTER e, no dia 27, uma ação do CRAS São Paulo no bairro Costa Rica com abordagem sobre trabalho infantil e a participação do CRAS Volante. Jaqueline destacou que toda abordagem de socioaprendizagem inclui a explanação sobre trabalho informal e trabalho infantil, sendo praticamente impossível tratar apenas da pauta original sem abordar esses temas interligados. Rosana questionou se há previsão de ações ou eventos no território do CRAS Novo Horizonte, ao que Cassiano respondeu que ainda não recebeu nenhuma informação referente àquela região. Ele sugeriu o envio de uma planilha para os serviços preencherem com o cronograma do mês, já que o mês já está em andamento. Rosana acrescentou que, dentro da mesma temática, o encontro mensal dos Conselhos

Página: 5

Tutelares com representantes da rede, chamado “Café com Conselho”, também abordará o tema do trabalho infantil. Elaine compartilhou que no dia de hoje, 05/06, haverá uma ação sobre o tema na escola Dionete, e que o Instituto Afropira levará aos territórios ações culturais com incentivo à profissionalização, mostrando a cultura como caminho para formação e profissão. Rosana sugeriu que a temática do esporte como profissão, assim como a do artista profissional, também poderia ser explorada. Representante do CREAS pontuou que a ação “CREAS nas Escolas” já está em andamento, e Cassiano reforçou a importância de reunir todas as ações previstas para que, mesmo sem um grande evento unificado, não haja invisibilidade e se mantenha o impacto coletivo. Ele também ressaltou a necessidade de registrar as ações pelo menos no grupo, para garantir visibilidade às atividades intersetoriais. Clayton lembrou que o secretário executivo estava articulando essa sistematização, mas como também foi remanejado da Secretaria, ainda não há clareza sobre como será feita a divulgação das microações. Cassiano relatou que tem mantido uma planilha simples apenas para registrar e não perder as informações. Rosana sugeriu a criação de uma agenda compartilhada, ainda que apenas para uso interno, e Daniel complementou afirmando que seria interessante haver um canal da Prefeitura para essa divulgação. Rosana então informou que, em julho, será lançado o protótipo da plataforma idealizada pelo Conselho Tutelar, chamada *Conexão Cidadã*, com a proposta de ser deixada sob gestão do CMDCA para que cada serviço tenha acesso e possa alimentar com eventos e atividades conforme suas ações específicas. Cassiano questionou se a plataforma será voltada apenas para crianças e adolescentes, e Rosana explicou que essa é a ideia central, mas que há possibilidade de expansão conforme a ferramenta for sendo atualizada. Informou ainda que o parceiro desenvolvedor é o PECEGE, por meio do projeto *Ven Ser Dev*, e que haverá suporte contínuo até que se consolide como uma ferramenta fixa, sendo todo o trabalho de desenvolvimento, design e estrutura realizado de forma gratuita. Cassiano perguntou se alguém possuía contato com o setor de comunicação, e Daniel informou que já havia solicitado à sua supervisão a verificação desses contatos. Enquanto isso, Rosana comentou que teria uma reunião naquela tarde com o secretário de comunicação e se dispôs a questionar sobre o fluxo atual para solicitação de materiais e divulgação das ações do COMPETI. Clayton questionou sobre o andamento do GT1, e Fernanda respondeu que a apresentação do trabalho será realizada na próxima segunda-feira. Clayton lembrou que essa apresentação já foi feita ao CCINTER, e Fernanda completou dizendo que fará também no CMDCA. Em relação ao GT2, Clayton informou que entrou em contato com Maurici, da Secretaria de Cultura, e que pretende convidar alguém da Secretaria de Esportes para participar das próximas reuniões. Jaqueline compartilhou que conseguiu realizar um estudo com os aprendizes, enquanto Elaine contou que estará no final de semana no bairro Mário Dediní, promovendo uma oficina de tranças, capacitando novas trançistas e identificando artistas locais. Ela destacou que o local foi escolhido pelo segundo ano consecutivo porque a artista facilitadora mora na região e conhece o território. Em relação a reunião com Maurici, Elaine apontou que uma das dificuldades encontradas é saber como mobilizar a população com base no conhecimento do território, e comentou sobre o Plano Aldir Blanc, informando que Piracicaba receberá anualmente cerca de três milhões de reais destinados ao financiamento de ações artísticas, e que o Instituto Afropira tem atualmente sete projetos inscritos em diferentes territórios. Elaine afirma que seria interessante manter uma lista dos contatos do território para linkar com os contatos de artistas disponíveis para organizar demanda com disponibilidade de parcerias para que todos os territórios tenham acesso aos projetos culturais disponíveis, Clayton afirma que o mais ideal de imediato seria contatar os CRAS territoriais mesmo. Clayton trouxe que, enquanto COMPETI, encontra dificuldades de comunicação com as demais secretarias, como Cultura e Esportes e Turismo, mencionando a proposta de inclusão de um formulário específico sobre combate ao Trabalho infantil nos registros de solicitação de eventos. Comentou também sobre a possibilidade levantada de transferência da pauta da socioparendizagem para a Secretaria de Trabalho e Renda, o que, porém, esbarra em entraves legais, já que a socioparendizagem é tipificada como serviço da assistência social. Rosana questionou onde, afinal, está atualmente alocada a socioparendizagem, já que não

Página: 6

há uma definição clara sobre quem responde pelo serviço no município. Jaqueline informou que a Secretaria de Assistência foi oficiada pelo CIEE para que a pauta da socioparentizagem fosse tratada como fixa e pediu uma reunião com a direção da Proteção Básica para esclarecer onde o serviço está atualmente alocado. Na reunião realizada na última sexta-feira, a informação recebida foi de que a socioparentizagem está, por ora, vinculada à Proteção Básica, com Regineide servindo apenas como elo de comunicação. Rosana questionou sobre a legalidade de uma possível realocação do serviço, e o grupo compreendeu que não há possibilidade de deslocamento para outra pasta, já que a tipificação é socioassistencial. Jaqueline também solicitou que a pauta da socioparentizagem seja inserida nas reuniões da rede para que os atores da socioaprendizagem também sejam convidados e participem das articulações da rede. Clayton lembrou que o tema está pendente desde abril e que há urgência em definir fluxos e respostas formais. Toda a expectativa segue sem formalização, baseada apenas na prática e na necessidade de encaminhamentos de casos específicos para os serviços da assistência social. Rosana questionou se, diante da situação atual, não caberia ao CMDCA cobrar a formalização do fluxo de encaminhamento e da alocação da socioparentizagem. Cassiano afirmou que é possível usar esse cenário como ponto de intervenção do CMDCA, mas que, sem uma comunicação oficial, pode ser necessário seguir por outro caminho. Ele lembrou que, mesmo estando tipificado como serviço da assistência social, a socioparentizagem não possui vinculação oficial a uma pasta, o que gera insegurança. Ressaltou ainda que seria viável levar esse questionamento ao CMAS, pois, nos últimos cinco anos, o serviço esteve sob gestão da Proteção Básica, desde a criação da Central de Vagas, passando pela Coordenadoria de Inclusão Produtiva até a possibilidade de ir para a Gestão de trabalho e renda. A coordenação ainda aparece no organograma da secretaria, mas atualmente não possui titularidade. Sobre as reuniões do COMPETI, Clayton informou que ficou de enviar, mas não conseguiu concluir, a lista das secretarias que devem compor o comitê. Daniel lembrou da necessidade de levantar os nomes de titulares e suplentes, de forma que cada secretaria possa indicar oficialmente seus representantes. Cassiano comentou sobre uma revisão na lei municipal realizada em 2022, que foi enviada em partes para aprovação na Câmara, incluindo a reformulação do Conselho Tutelar com a criação do 3º CT. Rosana levantou o questionamento sobre o empoderamento legal de cada serviço, de forma que os remanejamentos administrativos com cada troca de governo não impactem de maneira negativa o funcionamento e os encaminhamentos da rede. Karla retomou a fala trazendo a recorrência de adolescentes que panfletam ou vendem produtos incentivados por comerciantes, além daqueles que “fogem” para dentro de estabelecimentos e furtam ou quebram itens porque sabem que não podem ser abordados pela equipe lá dentro, e os locais ficam inseguros de acionar a polícia que se nega em atender as situações. Daniel afirmou que esses comércios que se utilizam do trabalho infantil podem ser denunciados e que, provavelmente, já foram abordados, podendo inclusive ser responsabilizados legalmente. Karla reforçou a necessidade de atualização dos fluxos de abordagem, especialmente em casos de trabalho infantil. Cassiano destacou que a ideia de que “o outro serviço não está fazendo nada” é muito danosa, pois a própria rede não conhece com clareza a competência de cada órgão. Sobre os fluxos, Cassiano lembrou que a triagem foi recentemente extinta e que, inicialmente, se propôs que todos os encaminhamentos partissem do CRAS, o que gerará uma demanda acima da capacidade de atendimento. Ressaltou que houve uma revisão dos fluxos, mas não se sabe onde está esse documento para garantir continuidade. Daniel comentou que, no que se refere ao CEREST, todos estão atuando, mas como em todos os serviços, há limites. Destacou que, em casos como trabalho infantil em vias públicas, inclusive dentro de veículos, não cabe ao CEREST e questionou se nessa situação não cabe à segurança pública realizar a abordagem, e que denúncias também podem ser feitas diretamente ao Ministério Público. Diante disso, foi consenso a necessidade de incluir a Secretaria de Segurança Pública no COMITE, com representantes de todas as forças policiais, para participar da construção dos fluxos de abordagem e atendimento. Cassiano lembrou da dificuldade prática de acionar uma viatura para atendimento de crianças, e Jaqueline observou a importância de perder o receio de

Página: 7

acionar corretamente os serviços públicos, ressaltando que em situações de ato infracional, por exemplo, acionar uma viatura não é uma opção, mas uma obrigação. Rosana complementou dizendo que o medo de que o atendimento seja mal conduzido não pode impedir a solicitação do serviço, e sim justificar a cobrança por um atendimento adequado. Jaqueline e Karla reforçaram que os casos mencionados são reincidentes. Cassiano questionou se há atualmente algum representante da segurança pública participando do CMDCA. Rosana informou que há o CD Edvan da GCM e sugeriu acionar também o comandante do PROERD, mencionando a construção da proposta de busca ativa de crianças que permanecem na escola após o horário letivo. Cassiano pediu que Rosana verificasse a possibilidade de contatar o representante do PROERD, tanto para participação no COMPETI quanto para uma reunião específica com o grupo. A reunião foi finalizada às 11h35minutos. Eu, Rosana Bollis Lavrei esta ata que após lida e brevemente corrigida foi aprovada pelos membros do COMPETI.